

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS INTERESSADAS EM PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE ÀS PESSOAS, COMUNIDADE E OUTRAS COLETIVIDADES QUE SOFRERAM E/OU ESTÃO SOFRENDO DANOS OU OFENSAS A DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS EM RAZÃO DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA E DO CORRELATO ANÚNCIO DE RISCO DE ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO DOUTOR, PERTENCENTE AO COMPLEXO DA MINA DE TIMBOPEBA, NO DISTRITO DE ANTÔNIO PEREIRA - MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG.

1. Informe os seguintes dados da entidade:

- a) Nome da organização:
- b) CNPJ:
- c) Endereço postal:
- d) Endereço eletrônico (e-mail):
- e) Site e/ou Facebook (se houver):
- f) Telefone e/ou celular:

2. Dados do/a responsável pela organização:

- a) Nome:
- b) CPF:
- c) Endereço eletrônico (e-mail):
- d) Telefone e/ou celular:

3. Breve histórico de atuação da organização, ressaltando os aspectos mais diretamente relacionados às questões indicadas no edital de chamada pública para credenciamento (máximo 30 linhas)

4. Descreva as experiências anteriores abrangendo:

- a) Experiência técnica comprovada na atuação com pessoas atingidas por desastres, ou por remoções forçadas ou por grandes obras ou empreendimentos; (máximo 25 linhas)
- b) Experiência técnica comprovada de atuação na perspectiva de direitos humanos, mobilização social e/ou metodologias participativas; (máximo 25 linhas)

OBS: Caso a entidade opte por descrever a experiência de seus coordenadores ou responsáveis técnicos, deverá comprovar o vínculo desses profissionais com a entidade em data anterior à publicação deste **Edital**.

5. A organização dispõe de mecanismos de transparência e controle interno e social? Quais são?

Ciente de que isso é um requisito previsto no **Termo** e caso a organização não disponha de mecanismos de transparência e controle interno e social suficientes, deverá declarar, nos moldes do anexo 5, que se compromete a implementar ou aperfeiçoar estes mecanismos até a data da contratação. (máximo 15 linhas)

6. Os documentos abaixo deverão ser anexados a este formulário:

- a) Cópia do estatuto registrado e suas alterações, bem como, cópia da ata da eleição de seus atuais dirigentes;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a entidade existe há, no mínimo, três anos e possui cadastro ativo;
- c) Comprovação de experiência (s) anterior (es) informada (s) nos termos do item 4 subitens “a” e “b”, mediante atestado(s) e capacidade técnica emitido(s) por entidade pública ou privada ou apresentação de instrumentos jurídicos ou documentos correspondentes, sendo também admitidos para fins de comprovação:
 - i) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
 - ii) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
 - iii) Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela entidade ou a respeito dela;

- iv) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto desta chamada pública ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;
- d) *Declaração de independência técnica, financeira e institucional da entidade*, conforme modelo disponível no anexo 3
- e) *Declaração relativa à não ter praticado de atos contrários à lei anticorrupção*, conforme modelo disponível no anexo 4
- f) *Declaração de implantação de mecanismos de transparência e controle social*, conforme modelo disponível no anexo 5

7. O MPMG poderá solicitar informações adicionais caso entenda necessário.

ANEXO 3

DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

[MODELO]

[identificação da entidade sem fins lucrativos], CNPJ nº xxx, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, não ter participado de qualquer prática ou realizado qualquer ato contrário à Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), bem como todas as outras leis e normas com finalidade e efeito semelhantes e que não está respondendo a processos criminais ou investigações em inquéritos civis públicos relacionados à improbidade administrativa.

Local-UF, ____ de _____ de 20____

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA ENTIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA

[MODELO]

Declaro, sob as penas da lei, que a *[identificação da entidade sem fins lucrativos]*, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxx], tem independência técnica, financeira e institucional em relação à Vale S.A., não havendo com ela contratado no Brasil ou no exterior, conjunta ou individualmente.

Local-UF, ____ de _____ de 20 ____.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO E SOCIAL

[MODELO]

Declaro, sob as penas da lei, que a *[identificação da entidade sem fins lucrativos]*, caso venha a ser credenciada, para a celebração do futuro contrato de prestação de serviços de assessoria técnica, se compromete a implantar ou aperfeiçoar mecanismos de transparência e controle interno e social.

.

Local- UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)